

Como se constata, são inúmeras as dificuldades encontradas pelos assentados para comercializar os produtos advindos do assentamento, destacando-se a ausência de transporte adequado às suas necessidades específicas, que viabilize o processo de comercialização, bem como a falta de um local específico para exercer suas atividades, haja vista que não existe um local fixo, onde os assentados possam comercializar seus produtos. Esses, entre outros fatores, dificultam a comercialização dos produtos, conseqüentemente, a lucratividade e a acumulação de renda. Portanto, percebe-se, assim, que há algumas limitações no que tange à comercialização externa dos produtos e ao abastecimento interno.

Para o atendimento médico-hospitalar, a comunidade do assentamento recorre aos Postos de Saúde do perímetro urbano, às Unidades de Atendimento Integrado – UAI e ao Hospital de Clínicas de Uberlândia, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Porém, estes locais estão sempre lotados. Vale ressaltar que, na Fundação Educacional Rural de Uberlândia – FERUB, existe um posto de saúde que poderia atender aos assentados, no entanto, este não se encontra em funcionamento. Sem muito auxílio médico, algumas doenças são tratadas pelos próprios assentados, com o uso de ervas medicinais, principalmente os casos de gripe, resfriados, alergias e coceiras. Estas doenças, geralmente, são tratadas na comunidade por alguns curandeiros, raizeiros e benzedeiros. Foram relatados também alguns casos de doenças graves como câncer de pele, AIDS, pressão alta, diabetes, problemas cardíacos e enfisema pulmonar, bem como vários casos de alcoolismo que necessitam de cuidados específicos. Um dos assentados enfatizou as dificuldades encontradas para realizar o tratamento do filho que se encontra com AIDS. O tratamento deste é realizado no Hospital de Clínicas de Uberlândia, da Universidade Federal de Uberlândia, distante 10 Km do assentamento. As dificuldades mencionadas pelo depoente se relacionam, acima de tudo, à ausência de transporte, o que os levam a se deslocarem na maioria das vezes a pé até a rodovia onde solicitam carona.

Outro aspecto mencionado pelos assentados é a dificuldade para obter assistência odontológica e exame oftalmológico periódicos, especialidades clínicas cujo atendimento se dá de forma bastante precária, em função, principalmente, da morosidade do Sistema Único de Saúde - SUS, algo que, nas entrevistas, foi bastante enfatizado pelos moradores. No assentamento, a orientação sobre a prevenção e o tratamento de doenças é muito precária. Em geral, os moradores, de ambos os sexos, desconhecem ou não dão importância

aos exames preventivos. A Universidade Federal de Uberlândia tem desenvolvido projetos educativos, junto aos assentados, procurando suprir a deficiência de informação, no entanto, esses projetos ainda são bastante limitados.

Contudo, além dos problemas de saúde enfrentados pelos moradores do assentamento, a ausência de saneamento básico é outro agravante, principalmente em relação à qualidade da água, podendo-se identificar 26 lotes com problemas sérios de abastecimento, onde não há nenhum tratamento da água para o consumo, uma vez que esta é captada diretamente dos córregos que cortam o assentamento e que possivelmente estão contaminados, acima de tudo por esgotos e agrotóxicos, não sendo possível garantir a segurança para sua utilização doméstica ou mesmo para os animais. A propósito, a água consumida pelos moradores e animais vem de fora do assentamento e já houve registro de casos de mortalidade de peixes e até intoxicação de pessoas e animais por agrotóxicos. Diante disso, a precariedade com relação ao abastecimento de água é um dos maiores problemas mencionados pelos assentados: 45% das famílias retiram a água de cisternas; 15% utilizam água de regos; 23% são beneficiadas por três poços artesianos e há, ainda, 17% dos lotes sem nenhum acesso direto à água³⁵⁶. Desse modo, vários moradores do assentamento necessitam se deslocar de seus lares e realizar longas caminhadas para levar água até suas residências.

Ademais, o lixo também é outro entrave a ser enfrentado pelos moradores do assentamento, uma vez que não há separação dos diferentes tipos de lixo nem nenhum tipo de coleta específica. O manejo do lixo é feito de forma bastante individualizada e precária. Alguns moradores o queimam, outros depositam-no em buracos e erosões e a maioria o joga fora de maneira indiscriminada, podendo ocasionar problemas ao meio ambiente e alguns tipos de doenças. Outro fator prejudicial aos moradores se refere às condições de prevenção e segurança no trabalho, principalmente quanto ao uso de inseticidas nas plantações. Em geral, os trabalhadores não utilizam nenhum equipamento de proteção ao manusear produtos químicos altamente tóxicos e, conseqüentemente, podem ficar com a saúde comprometida devido à intoxicação com “veneno”.

Entretanto, no assentamento, não há somente problemas e dificuldades, mas também momentos de sociabilidade, que comumente ocorre em datas específicas. As manifestações

³⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 27.

culturais se dão desde o período de acampamento e geralmente se centralizam na sede. As principais festas comemoradas são: o aniversário do assentamento, realizado no dia 14 de abril; a festa do Divino Espírito Santo, celebrada no segundo domingo de julho e a festa do Dia das Crianças, no dia 12 de outubro. Todas as festividades são organizadas pela Pastoral da Criança e pela Associação do assentamento. Conforme as narrativas, as festas são esperadas pelos moradores com muito entusiasmo e expectativa, uma vez que este é um momento em que os trabalhadores, que estiveram acampados, se reencontram e dão novos significados às suas experiências de vida. A sede, local onde se realizam as reuniões, nos dias de festa, se torna um ambiente de convivência, de sociabilidades, em que os moradores se divertem, brincam, conversam, fazem novas amizades e, fundamentalmente, constroem vivências. No entanto, essa aprendizagem não ocorre somente nos dias de festividades, mas também nos finais de semana, de modo que a maioria dos homens adultos, que residem no assentamento, utilizam, como prática de lazer, os jogos, apreciando, especialmente, os jogos de futebol, o baralho, a malha e o dominó.

IMAGEM 11: Moradores do Assentamento Rio das Pedras - Sociabilidades



Imagem do arquivo pessoal de Oliveira E. M. / Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

Corriqueiramente, nos finais de semana, é bastante comum nos depararmos com homens nos bares, bebendo e jogando. Na sede do assentamento existe um campo de

futebol de tamanho oficial, onde acontecem os jogos, principalmente em dias de festa, além dos vários campos de futebol improvisados no assentamento. Enquanto os adultos se divertem, normalmente jogando, os adolescentes e jovens praticam a arte de nadar nas represas e córregos do assentamento, bem como gostam de cavalgar, tocar violão e participar das festas. As crianças geralmente se entretêm com brincadeiras e brinquedos improvisados, soltam pipas, jogam bolinhas de gude, e outros. Já as mulheres, em sua maioria, preferem assistir à televisão e realizar visitas. Outro local, em que as pessoas geralmente se socializam, no interior do assentamento, são as igrejas.

IMAGEM 12: Igreja no interior do assentamento Rio das Pedras



Imagem do arquivo pessoal de Oliveira E. M. / Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

A religiosidade dos moradores do assentamento é diversa. A religião evangélica é a predominante, com cerca de 50% das famílias; o catolicismo congrega em torno de 20% dos assentados; enquanto que os espíritas e umbandistas representam também em torno de 20%; e cerca de 10% das famílias declararam não possuir uma religião bem definida³⁵⁷. As

³⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 27.

famílias evangélicas parecem ser mais assíduas, quando se refere aos compromissos religiosos, do que os demais, chegando a frequentar a igreja e os cultos em torno de quatro vezes por semana.

Mediante a diversidade religiosa e cultural que se faz presente no assentamento, verifica-se que há diferentes formas dos sujeitos se relacionarem no social. Entretanto, observa-se que essa multiplicidade de vivências, de maneiras de viver e morar, não é exclusiva apenas às questões de cunho ideológico, mas também material, como se constata na pluralidade de tipos de residências que há no assentamento. No ano de 2002, 80% das residências dos assentados eram de alvenaria, 10% eram de barracos de lona e outros 10% eram de casas de placas de muro. Quanto à cobertura, 5 casas eram cobertas com laje de concreto, 8 com telhas de barro e 90% das casas eram cobertas com telhas de amianto. Inicialmente as construções eram de 50m² e quatro cômodos. No entanto, muitos assentados já conseguiram ampliar a sua residência em pelo menos um cômodo. Além do mais, a maioria das residências não possuem saneamento básico, fossas sépticas e banheiros. Observemos as imagens a seguir:

IMAGEM 13: Residência de um dos moradores, feita de placa, no Assentamento Rio das Pedras



Imagem do arquivo pessoal de Oliveira E. M. / Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

IMAGEM 14: Residência de um dos moradores, feita de madeirite, no Assentamento Rio das Pedras



Imagem do arquivo pessoal de Oliveira E. M. / Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

Como se pode observar nas imagens acima, as condições de moradia, no assentamento Rio das Pedras, geralmente não são satisfatórias. Percebe-se que há lixo em torno de uma das residências e esta constatação é bastante freqüente nos modos de morar dos assentados, o que indica a falta de esclarecimentos, informações adequadas, quanto aos possíveis danos que o lixo pode ocasionar à saúde humana, ou, por algum motivo, as informações que chegam até eles não são colocadas em prática no cotidiano.

Além da precariedade habitacional, pode-se dizer que até dezembro de 2003, as famílias também não possuíam rede de energia elétrica para sanar suas necessidades imediatas, normalmente utilizavam as velas, lamparinas e lampiões para iluminar o ambiente, posto que apenas alguns moradores tinham geradores próprios. Entretanto, em janeiro de 2004, praticamente sete anos após os trabalhadores terem sido assentados, é que se conquistou esse benefício. Tal fato foi uma vitória para os moradores do assentamento em questão. O Sr. Lauro registrou esse momento. Observemos a imagem a seguir:

IMAGEM 15: Colocação de energia elétrica no interior do assentamento Rio das Pedras



Foto do arquivo pessoal do Sr. Lauro Joaquim de Moraes – participante da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Solucionado o problema da energia elétrica, resta-lhes ainda encontrar uma solução para a questão da deficiência de telecomunicação no assentamento, visto que a telefonia existe, mas de forma precária, uma vez que há somente um telefone público instalado na sede do assentamento. Com tantos percalços a serem superados, constata-se, assim, que o modelo ideal consagrado para um assentamento, na realidade do Rio das Pedras, ainda que de forma superficial, não se concretizou. Pelo contrário, foi possível demonstrar que, ao tomar posse do lote, os trabalhadores não conquistaram melhores condições de vida, uma vez que os trabalhadores, ao serem instalados, se depararam com uma série de problemas de diversas ordens, os quais demandam soluções. No entanto, na vivência e experiência dos trabalhadores, as soluções para os efetivos problemas no interior do assentamento não chegaram. Segundo Zagalo, a posse da terra não lhe trouxe melhorias de vida, este enfatizou que:

Quando eu vivia na cidade, eu sempre falo, eu não vivia bem não. Mas, em termos de dinheiro não melhorou nada não, pelo contrário, na cidade eu trabalhava e tinha um salário no final do mês, mesmo que não dava para pagar todas as contas eu contava com ele. Aqui não! Aqui você trabalha, trabalha e trabalha e nunca tem dinheiro, não dá pra fazer nenhum compromisso, porque senão você não tem jeito de pagar. Eu procurei fazer tudo certo, mas aqui é diferente do que muita gente pensa, um dia eu falei pro INCRA: digo aqui não é como vocês pensa não! Porque só sabe o que é reforma agrária quem tá na terra. Reforma agrária tem até o nome agrário né. Quem mexe com papel não sabe o que é reforma agrária. Reforma agrária só sabe quem está com o pé no chão, quem eu tô, quem o Bené tá e tem uns aí que tá também³⁵⁸.

Essa narrativa traz pelo menos duas questões importantes a serem pensadas. Primeiro é o fato de que a conquista da terra, por ela mesma, não significa necessariamente melhorias de vida para quem a conquista. Na trajetória de vida do Zagalo, a vinda para o assentamento não representou uma mudança significativa, esta não foi vista como algo positivo, que lhe proporcionasse conforto, estabilidade financeira e segurança. Pelo contrário, na reelaboração de sua experiência, a vinda para o assentamento pode ter significado a quebra de expectativas, pois, após praticamente dez anos de vida e de luta no campo, verifica-se que o sonho de obter melhores condições de vida, através da conquista da terra, não se efetivou. Assim, suas expectativas foram frustradas mediante as dificuldades encontradas no decorrer de sua existência.

A segunda questão importante, que este relato nos traz, se refere ao modo como a reforma agrária está sendo conduzida no país. De acordo com a narrativa, há um distanciamento muito grande em relação às medidas tomadas pelo poder público instituído e à realidade vivenciada pelos trabalhadores. Assim, estes continuam necessitando de apoio para permanecer na terra, uma vez que, estando em cima dela, não conseguem fazê-la produzir. Salientam que as autoridades competentes, as quais lidam diretamente com a questão da reforma agrária, desconhecem as reais necessidades dos assentados, ou ainda, por falta de vontade política não solucionam os problemas destes. Nesse sentido, nota-se certa dependência dos trabalhadores em relação ao Estado, de modo que não são raros aqueles que, por somente esperarem pelo apoio do governo, acabam por não tomar iniciativas próprias no que se refere à melhoria em suas condições de vida. Apesar disso,

³⁵⁸ Antônio Carlos Zagalo – Morador do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006.** Uberlândia/MG.

existem alguns trabalhadores que, procurando superar os obstáculos, buscam solucionar alguns desses impasses, tomando suas próprias medidas.

Mediante o exposto, tomando como base as evidências, o assentamento Rio das Pedras não foi visto como uma prioridade de política pública do governo. Isso se percebe em alguns aspectos, tais como a precariedade de infra-estrutura no que alude a saneamento básico, habitação, educação, saúde, transporte e liberação de recursos, este parece ter sido a “conta-gotas”. Contudo, dez anos de luta não foram suficientes para que o referido assentamento tivesse acesso a serviços estruturais básicos, como abastecimento de água, estradas acessíveis, posto médico e casas que apresentassem condições dignas de moradia de acordo com os anseios dos moradores. No entanto, essa precariedade material, constatada no assentamento Rio das Pedras, resulta, em parte, da carência de investimentos efetivos por parte do Estado no sentido de dotá-los não só de um mínimo de infra-estrutura, mas também lhes proporcionar recursos satisfatórios para plantio, comercialização, assistência técnica específica às suas necessidades, entre outros.

Por sua vez, todo assentamento necessita de incentivos governamentais; de projetos viáveis, os quais levem em consideração as especificidades, singularidades dos assentados; de recursos financeiros para custear o setor agropecuário dos pequenos produtores rurais; bem como de assistência técnica compatível com as necessidades específicas dos trabalhadores, para que estes possam produzir. Portanto, as limitações impostas aos assentados nos levam necessariamente a reconsiderar a questão agrária brasileira, inserida num contexto mais amplo das políticas públicas governamentais, voltadas para a realidade dos assentamentos, não simplesmente disponibilizando a terra aos trabalhadores. O apoio do Estado, principalmente com financiamentos e assistência técnica aos assentados, é crucial para a viabilização da produção no interior do assentamento.

Reforma Agrária: em que termos pensar a viabilidade?

Diante dos resultados aqui apresentados, assim como tem ocorrido com outros assentamentos no país, o Rio das Pedras não tem sido uma prioridade das políticas públicas implementadas pelos governantes, uma vez que o desenvolvimento do país é marcado por

um padrão, uma concepção econômica e política que prioriza preponderantemente as atividades voltadas para o mercado externo, em detrimento dos pequenos produtores rurais, em especial, os assentados que produzem, para o consumo interno, os quais acabam sendo expropriados de sua cidadania. Segundo Fernandes:

Os sem-terra não são apenas excluídos da terra, também são excluídos de outros direitos básicos da cidadania. Dessa forma, procuram derrubar outras cercas além das cercas do latifúndio. E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna. (...) Compreendendo essa realidade, os sem-terra criaram uma forma de organização na qual os setores interagem as dimensões das diversas atividades, o que tem possibilitado ampliar a resistência à expropriação, no desenvolvimento da luta de classes³⁵⁹.

Nesta perspectiva, no processo da luta pela terra, a conquista do assentamento representa a possibilidade de (re) territorialização do homem do campo, através da resistência ao processo de exploração e expropriação empreendido pelo capital, pois “os homens através de suas ações são os únicos capazes de transformar o espaço em território. O território implica na apropriação efetiva da sociedade sobre determinado espaço, por meio da organização social³⁶⁰”. Assim, os assentamentos rurais são espaços territoriais que se encerram num processo, concomitantemente, um ponto de chegada e um ponto de partida, visto que após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta. Segundo Marcos Helênio Leoni Pena, superintendente regional do INCRA:

O grande desafio desse governo é exatamente a condição do assentado, é isso que eu acho que vai ser a discussão. Aquela assistência técnica, social e ambiental que tem que ser desenvolvida e que agora foi implementada nesse governo, chamada ATESA, que dá R\$ 400,00 por família em caráter permanente para as entidades que vão prestar esse serviço. A questão da infra-estrutura mínima: água, luz, estrada, moradia, isso aí nós temos que dizer sem querer contestar, dizer que pegou uma realidade de assentamentos entre 70, 80 a 90% sem essas condições. Então está aí o grande fluxo de saída, de vendas de lotes, etc.³⁶¹.

³⁵⁹ FERNANDES, B. M. op. cit., 2000, p. 223.

³⁶⁰ MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Movimento de Libertação dos Sem-terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2002, p. 20.

³⁶¹ Marcos Helênio Leoni Pena. Palestra proferida no dia 10 de abril de 2006 no **Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas**, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na

Como se percebe, a situação dos assentamentos rurais, em geral, são precárias, necessitando de mudanças, em especial, no que se refere à infra-estrutura. Para tal, precisa haver uma ampla modificação no modelo econômico vigente, tanto no encaminhamento de projetos produtivos diferenciados de acordo com as necessidades dos assentados, quanto na garantia de financiamentos mais eficazes e de políticas agrárias e agrícolas mais efetivas, voltadas para a produção familiar, o que requer um acúmulo de forças, ou seja, um elevado poder de mobilização e de pressão, primordialmente, dos trabalhadores do campo e da cidade.

Todavia, não podemos nos esquecer de que os obstáculos à execução da reforma agrária no país consolidaram-se, também, a partir de ações concretas do Estado, calcadas no modelo de desenvolvimento que atribuiu um lugar estratégico à especulação financeira e à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país. Nesse sentido, Palmeira alerta que pensar nessa dimensão nos faz acreditar que a reforma agrária está hoje muito mais no centro dos problemas nacionais do que estava nos anos 1960³⁶². Ao se referir a esse período, bem como aos anos de 1980, Gonçalves Neto, ressalta que:

Se tomarmos imagens do Brasil do início dos anos 60 e outras imagens do início da década de 80, veremos que o contraste é profundo, que um novo país emergiu a partir das bases anteriores. Uma diferença, contudo, é marcante: o Brasil deixou de ser um país rural para se tornar preponderantemente urbano. Se em 1960 tínhamos mais da metade da população vivendo no campo, em 1980 este porcentual pouco excede os 30%³⁶³.

Se nos anos de 1960 a problemática da reforma agrária se colocava socialmente como uma questão que envolvia fundamentalmente latifundiários e camponeses e, apenas a partir deles, atingia outros setores da sociedade, atualmente esta envolve, de imediato,

Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

³⁶² PALMEIRA, Moacir. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: MEDEIROS, Leonilde. et al. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 64.

³⁶³ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997. p. 23.

diversos interesses de distintos segmentos da sociedade, para os quais, por uma razão ou por outra, a terra se tornou estratégica; e nos remete, automaticamente, à questão do modelo de desenvolvimento econômico-social adotado³⁶⁴.

No campo teórico, enfatizando a questão da reforma agrária brasileira nos anos de 1960, Gonçalves Neto ressalta que havia duas vertentes interpretativas, relacionadas a essa problemática: a dos que viam na agricultura um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, e a dos que demonstravam a funcionalidade da agricultura no processo de desenvolvimento³⁶⁵.

Em geral, os estudiosos da primeira corrente interpretativa acreditavam que a estrutura fundiária concentrada e as relações de produção antiquadas vigentes (parceria, meação, cambão, etc.) impossibilitavam uma produtividade correspondente à demanda urbano-industrial. Porém, apesar das diferenças nas interpretações, a maioria desses estudiosos defendia a realização de uma reforma agrária enquanto medida imprescindível para que o campo pudesse cumprir o seu papel junto à dinâmica industrial³⁶⁶.

A segunda vertente interpretativa afirmava que a agricultura sempre cumpriu o seu papel, embora pudesse vir a ter um melhor aproveitamento. Suas análises eram focadas na produção, na produtividade, nos preços dos produtos agrícolas e na estrutura interna do agro nacional. Os estudiosos que defendiam essa tese não defendiam a realização de uma reforma agrária no Brasil enquanto uma saída essencial para melhorar a atuação do setor agrícola. Entretanto, reconheciam o problema da estrutura fundiária brasileira e seu caráter concentrador, mas, em sua ótica, isso era algo secundário. Para eles, uma medida de caráter prioritário seria a modernização das relações de produção, por intermédio da introdução de modernas técnicas de cultivo (tratores, fertilizantes, defensivos, irrigação, etc.) pelos produtores rurais³⁶⁷.

Se nos anos de 1970 se verificou, por um lado, uma profunda mudança no conteúdo do debate, impulsionada, principalmente, por uma política de créditos facilitados, por outro lado, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, mas também alterou profundamente sua base produtiva, por meio de novas tecnologias, de defensivos e

³⁶⁴ PALMEIRA, Moacir. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: MEDEIROS, Leonilde. et al. op. cit., p. 64.

³⁶⁵ GONÇALVES NETO, Wenceslau. op. cit., p. 51-77.

³⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 51-77.

³⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 51-77.

adubos, entre outros³⁶⁸. No entanto, no limiar do século XXI, constata-se que os benefícios dessa nova base tecnológica implementada no país, advinda desde a década de 1970, ainda não se fazem presentes na realidade da maioria dos pequenos produtores rurais assentados. Pelo contrário, os produtores geralmente se apóiam apenas em sua força de trabalho, bem como na de seus familiares para tornar a terra produtiva, uma vez que praticamente não conseguem obter acesso aos benefícios dos meios tecnológicos voltados para o campo.

Ademais, não se pode acreditar que o Estado deseje, de fato, a realização da reforma agrária, posto que o mesmo se restringe a medidas administrativas, tais como a criação de um ministério com tal função e a nomeação de pessoas comprometidas com a reforma agrária para alguns postos-chave³⁶⁹. Segundo Ferreira, isso não é o bastante.

*O Estado somente se coloca ao lado e a serviço das demandas e necessidades populares se for convenientemente motivado por pressões populares organizadas de modo **competente**. É isso que nos mostra o percurso das conquistas social-democratas, onde se conseguiu a constituição de um Estado comprometido com as necessidades dos setores populares. Tais conquistas não foram obra do acaso, nem resultado do despertar de uma vocação estatal adormecida, mas decorrência da participação popular bem organizada, envolvendo amplos segmentos da sociedade civil, que conseguiu impor a lógica fundada na convicção de que o Estado é criatura da sociedade civil, mantida com recursos do contribuinte³⁷⁰.*

Em função disso, bem como de outros fatores de ordem econômica, política e cultural, as questões referentes à eficiência e eficácia das políticas públicas voltadas para a reforma agrária não devem ser vistas exclusivamente como responsabilidade do Estado e/ou resultante de decisões técnicas e burocráticas. Contudo, tais questões não impedem que os aparelhos estatais cumpram as atribuições que lhes são delegadas. Entretanto, segundo Martins “o Estado se organiza e se esforça no sentido de evitar que a questão agrária se transforme efetivamente numa questão política e implique uma redefinição política do próprio Estado”³⁷¹. Nesta perspectiva, dentro dos limites aceitáveis pelo

³⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 51-77.

³⁶⁹ FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde. et al. op. cit., p. 46.

³⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 46.

³⁷¹ MARTINS, José de Souza Martins. op. cit., 1986. p. 71.

governo, a distribuição de um pouco de terra para os trabalhadores sem-terra ou com pouca terra não afeta a ordem social e o sistema.

Talvez, isso explique as poucas desapropriações realizadas por parte do Estado, a ausência de investimentos nos assentamentos, enquanto, por outro lado, percebe-se a necessidade de consolidar os objetivos dos latifundiários e das grandes empresas estrangeiras, possibilitando-lhes inclusive utilizar a terra como reserva de valor. A propósito, essa prática da especulação imobiliária é predominante no Brasil. Segundo Martins, esta *“é uma das mais importantes fontes de lucro no meio rural: com reajustes de preços que em períodos recentes chegaram até a mil por cento ao ano, esta é uma fonte de renda mais importante do que qualquer cultivo agrícola”*³⁷². Assim sendo, os grandes proprietários de terra auferem o lucro proveniente do latifúndio, seja de forma direta ou indiretamente, enquanto que as poucas desapropriações, que ocorrem no cenário nacional, nem sempre possibilitam aos trabalhadores obter melhores condições de vida no campo.

Isso nos remete a pensar e repensar a problemática da questão agrária por um outro viés, visualizando-a numa outra perspectiva que não beneficie exclusivamente os latifundiários brasileiros, concomitantemente, ao capital internacional. Apesar deste modelo já se encontrar enraizado no seio da sociedade brasileira, deve-se refletir acerca dessa problemática com vistas a atender as reais necessidades dos trabalhadores, em especial os trabalhadores sem-terra que necessitam da terra como meio de sobrevivência.

Verifica-se que os assentamentos carecem de ações governamentais destinadas a auxiliá-los, seja com assistência técnica, seja com medidas que viabilizem a produção e comercialização, ou ainda com disponibilidade de capitais. Eis um ponto essencial a ser observado, pois todo empreendimento requer uma quantidade de capital, que deve ser investido em matérias-primas, máquinas, mão-de-obra, entre outros, pois a extensão do negócio depende do volume despendido de capital, o qual, necessariamente, influencia na obtenção do lucro e conseqüentemente possibilita melhores condições de vida.

Em particular, no caso da agricultura, para se conseguir obter resultados, satisfatórios necessita-se da utilização de insumos modernos, fertilizantes, defensivos e equipamentos agrícolas. No entanto, pela carência das famílias assentadas e a falta de

³⁷² Idem, Ibidem, p. 50.

planejamento, esse investimento inicial geralmente não é realizado. Ademais, o capital, no sistema capitalista de produção, é fundamento de poder e autoridade. Em função dele, gera-se disputa pela hegemonia social e se definem hierarquias interna e externa nos diversos setores da sociedade civil. Considerando essa análise, o capital se configura, no interior do assentamento Rio das Pedras, como um importante elemento de diferenciação entre os assentados. Nesse espaço social, as posições dos trabalhadores são definidas pela quantidade de capital de que dispõem. Portanto, possuem maior legitimidade as famílias que detêm um maior quantitativo de capital. Não é de se estranhar que, no interior do referido assentamento, os investimentos que demandam maior número de capital foram realizados, fundamentalmente, pelos moradores que adquiriram o lote posteriormente, após processo de legalização. Estas famílias, em função de possuírem um número maior de capital, investem mais efetivamente no ramo agropecuário e em diversas outras melhorias como em cercas, currais, equipamentos agrícolas.

Constata-se, ainda, que mais de 40% dos assentados que conquistaram a terra, pela via da luta, já não estão mais no assentamento³⁷³. Muitas famílias venderam os terrenos e se deslocaram para a cidade, e outros, após a venda do lote, se dirigiram novamente para outros acampamentos da região. Como se percebe, há uma complexidade que permeia a questão da reforma agrária brasileira.

Contudo, tendo como evidência o assentamento Rio das Pedras, verifica-se que a liberação de recursos destinados às famílias não bastou para garantir-lhes a produção. Assim, percebe-se que a maneira como a reforma agrária está sendo conduzida no país não deve se manter, pois o assentamento não se resume unicamente ao acesso à terra por parte do trabalhador sem-terra ou com pouca terra, antes, há que lhes propiciar condições adequadas e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra, de modo que a reforma agrária possa cumprir sua função social. Visto por esta ótica, o Estado não pode simplesmente conceder a terra aos trabalhadores como um fim em si mesmo. Afinal, tal política não possibilitaria uma mudança efetiva nas reais condições de vida dos

³⁷³ Segundo Juariez de Souza, atual presidente da associação de moradores do assentamento, os lotes começaram a ser vendidos ainda no ano de 2003. No ano de 2006, do total de oitenta e sete famílias que foram assentadas na fazenda, quarenta já venderam seus lotes e retornaram para as cidades de origem porque não conseguiram se manter no campo, por meio do cultivo da terra, como foi esclarecido anteriormente. Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em junho de 2006.** Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

trabalhadores. Assim, a posse da terra deve ser vista somente como o primeiro passo em direção à efetivação da reforma agrária.

De qualquer forma, os assentamentos que têm sido implantados originam-se, por um lado, de políticas públicas do Estado, por outro, de pressões dos trabalhadores sem-terra e seus aliados. Desse modo, talvez, se impõe a necessidade de mediações, de diálogos e negociação, entre os dois pólos. Segundo Martinez, o problema agrário está tão ligado ao conjunto econômico, político e social do país e dos seus vínculos internacionais que nenhuma transformação pode ser pensada isoladamente. Desse modo, qualquer medida ou solução efetiva na questão agrária terá de ser pensada em termos globais, levando em consideração todos os campos da sociedade³⁷⁴.

Entretanto, em que pese a necessidade da existência de um plano de reforma agrária passível de ser implementado e, antes de tudo, adaptável às necessidades específicas de cada assentamento instituído no Brasil, torna-se relevante, também, uma transformação nas diversas esferas da sociedade, de modo a suplantir inúmeras questões há muito enraizadas no seio da sociedade brasileira, percebidas não somente, mas acima de tudo, nas variadas formas de exclusão e desigualdade social, fruto de questões econômicas, culturais e políticas. Nesses termos, claro está que, apenas com a aquisição da terra, não existe efetiva reforma agrária, várias condições precisam ser implementadas, como a capacitação, o acompanhamento e a exploração racionalizada dos recursos recebidos, afim de que, muito mais que terra, os trabalhadores consigam criar alternativas reais de sobrevivência e cidadania. Assim,

negamos qualquer hipótese de inviabilidade da organização da luta pela terra devido à sua excessiva fragmentação. Da mesma forma, que por menores que sejam as vitórias conquistadas por todos esses movimentos, elas não podem ser taxadas de insignificantes, já que a vida destes sujeitos em luta muda durante o processo de conflito e, conseqüentemente, com as possíveis conquistas³⁷⁵.

Contudo, a conquista dos assentamentos rurais, através da luta, representa a ampliação das potencialidades da organização dos trabalhadores rurais, pois, a partir dos

³⁷⁴ MARTINEZ, Paulo. op. cit., p. 27.

³⁷⁵ MITIDIERO JUNIOR, M. A. op. cit., 2002, p. 300.

espaços sociais conquistados no campo, surgem novas lutas, novas ocupações e a conquista de novas áreas, aumentando o ambiente de atuação dos movimentos sociais, garantindo, assim, maior participação dos sujeitos na vida política do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*São homens, prendas, crianças
Buscando um rumo na vida,
Travando lutas renhidas,
Correndo largas distâncias...
Atrás dos sonhos e ânsias
Que em cada alma resistem
Pois não há nada mais triste
Que um tempo sem esperança.
(...) Renascerão as taperas
a luz de um sonho maduro
E eu já vou, rumo ao futuro,
Que o novo mundo me espera!³⁷⁶*

Pensar a problemática da reforma agrária, a partir das múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos no social significa descortinar possibilidades de repensar a questão agrária no Brasil. A problemática da questão agrária brasileira tem sido preocupação constante das pesquisas realizadas por parte de estudiosos e intelectuais. Geralmente, esses estudos são centrados na análise de suas causas, características e tendências, bem como nas possibilidades políticas de mudanças que pudessem alterar padrões seculares de dominação social no campo e na cidade.

O presente estudo procurou refletir acerca da reforma agrária no Brasil, tendo como objeto de estudo especificamente o assentamento Rio das Pedras, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, abordando suas principais relações com as políticas públicas para a reforma agrária no país. Tendo como objetivo analisar a formação, a estruturação e a forma de vida dos trabalhadores desse assentamento, bem como os motivos que os levaram a participar da ocupação da referida fazenda. Ademais, buscou, ainda, compreender o processo histórico engendrado na sociedade brasileira especificamente no que se refere às discussões sobre a reforma agrária, às medidas estatais tomadas sobre o tema e as propostas para elaboração de planos da mesma. Além disso, a pesquisa abrange como se desenvolveu a organização dos movimentos sociais pela reforma agrária no Brasil

³⁷⁶ Canção “Naco de chão”. L: Carlos V. Gomes/M: Erlon Pércles. In: CD CANÇÕES QUE ABRAÇAM OS SONHOS/1 FESTIVAL NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA. Palmeiras das Missões-RS, 04-07/02/1999.

detendo-se, mais detalhadamente na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em função de sua relevância para a problemática de estudo.

Todavia, sabe-se que um dos corolários do desenvolvimento do sistema capitalista é que este se configura de forma desigual e excludente, o que é perceptível de forma intensa no meio urbano e rural. Historicamente, o Brasil é marcado preponderantemente por um processo de exclusão e expropriação, fundamentalmente, do homem do campo, o que se traduz principalmente na concentração de terras. Na maioria das vezes, as propriedades rurais, em especial, o latifúndio, são utilizadas como reserva de valor, haja vista que o capital aplicado na compra de terra é valorizado independentemente da sua utilização. Portanto, o alto grau de ociosidade das terras brasileiras está relacionado, em parte, aos fins especulativos a que estas estão subordinadas, assim, este quadro representa uma das engrenagens do sistema capitalista dominado pelo capital financeiro monopolista internacional, entre outros fatores políticos, econômicos e sociais.

Mas, este processo não se dá de forma harmoniosa e homogênea em todo o território nacional, uma vez que há especificidades regionais, ao contrário, vem carregado de inúmeros conflitos sociais, em função, acima de tudo, da oposição de interesses econômicos, políticos e culturais dos latifundiários e dos trabalhadores, o que leva necessariamente ao aumento das tensões sociais, principalmente no meio rural, bem como ao acréscimo substancial no número de mortes advindas de confrontos diretos no campo. As lutas pela terra, geralmente, perpassam diversas categorias de trabalhadores, como índios, posseiros, meeiros, pequenos proprietários rurais, sem-terra e outros, os quais travaram ao longo da história diversas lutas, com um ideário de obter acesso à terra, através da ocupação de terras, que se constitui hoje como a principal e mais eficaz forma de luta dos movimentos sociais rurais. A intensificação dessas lutas vem promovendo novos contornos ao debate acerca da questão agrária no país e, ao mesmo tempo, através dessas ações e práticas dos movimentos sociais organizados, há enfrentamentos à lógica do capital, e, por vezes, transformação da própria realidade.

Nesse processo, o Estado tem tido um papel de relevância na sociedade, uma vez que dita normas e leis específicas acerca da questão agrária brasileira. As influências dos órgãos governamentais podem ser verificadas tanto no Estatuto da Terra, promulgado em 1964, na Constituição Federal de 1988, na Lei Agrária de 1993, bem como em outras leis

e/ou aparelhos de estado, como a polícia e a justiça, os quais têm, sistematicamente, garantido o direito de propriedade dos latifundiários e, ao mesmo tempo, reprimido violentamente o questionamento da legitimidade de tal direito, afinal, os trabalhadores, ao participarem dos diversos movimentos sociais em prol do acesso à terra, sem dúvida, questionam o direito de propriedade. A partir desse questionamento, gera-se a relação conflituosa no social, exigindo uma intervenção direta dos órgãos do Estado. Todavia, este tem feito grandes esforços para manter os trabalhadores circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade.

Não obstante, nesse processo conflituoso, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, não é o reflexo do restante do país, mas faz parte desse processo engendrado no seio da sociedade brasileira. Os trabalhadores sem-terra dessas regiões fizeram avançar suas organizações, mediante a força e o apoio de instituições e entidades atuantes que apóiam os trabalhadores na luta pela reforma agrária. Em meio à multiplicidade de opções e posicionamentos políticos, esses lutadores realizaram diversas conquistas, de modo que sua visibilidade se evidencia nos acampamentos e assentamentos rurais nessas regiões, fruto dessa organização política e social.

Assim, principalmente a partir dos anos de 1990, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ocorreu um aumento substancial do número de movimentos sociais organizados, especialmente pelas atuações do MST, do MTL, refletindo mudanças nas perspectivas de luta travadas pelas organizações rurais, o que sinaliza a intensificação das pressões diretas, da mobilização massiva e da busca pela autonomia, em detrimento de uma atuação assistencialista, atrelada ao Estado.

É nesse cenário, marcado pela intensificação da luta pela terra, que eclodiu o Movimento de Luta pela Terra, atual Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL. A atuação desse Movimento é bastante expressiva na conquista de propriedades rurais improdutivas, mediante as ocupações de terras. Uma dessas conquistas foi a ocupação da Fazenda Rio das Pedras, em Uberlândia, na região do Triângulo Mineiro, no ano de 1997, um marco desse processo. De qualquer modo, os acampamentos, montados a partir das ocupações, tornam-se referências de luta e organização na formação e espacialização dos movimentos sociais de luta pela terra, à medida que desenvolvem ações e práticas de resistência à expropriação dos trabalhadores. A realidade dos acampamentos expressa

processos permanentes de aprendizado para as famílias envolvidas, através de relações de convivência, permeadas de conflitos, contradições e antagonismos de interesses, bem como de ajuda mútua e de práticas de solidariedade, enfim, as lutas constituem-se em exemplos de resistência e de vida.

Dessa forma, os acampamentos apontam para novos territórios, à medida que os trabalhadores conquistam a terra e, num processo contínuo, transformam as relações vivenciadas nesse espaço. Entretanto, as relações desencadeadas no âmbito do assentamento, normalmente, são conflituosas, e, por vezes, as tensões tendem a se multiplicar frente aos empecilhos de várias ordens: econômica, social e política que se delineiam nos meandros das relações sociais.

Apesar, da imensa fragmentação social e política, presente no interior do assentamento Rio das Pedras, fruto dos problemas apontados e, principalmente, voltados para a ausência de organicidade das famílias assentadas, e de sua vinculação com o Movimento que os coordenou, bem como das conseqüentes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no âmbito interno e externo, na busca de um ajuste de sua situação, enquanto pequeno produtor rural, inserido num contexto de produção e mercado, o que geralmente resulta num enfraquecimento político das lutas, todavia, esses processos são indicadores das contradições ali presentes, o que, no entanto, não significa a inviabilização das lutas, ao contrário, o assentamento é fundamental para ampliar a ação e a mobilização pela reforma agrária no território nacional, uma vez que mantém inter-relações com o restante do país.

Portanto, o assentamento Rio das Pedras, configura-se como território socialmente conquistado e construído através de lutas e resistências, o que constitui dimensão fundamental no processo geral de organização camponesa, gestado desde o período colonial brasileiro, e que se perpetua até meados do século XXI, marcando fundamentalmente a luta pela terra no Brasil, à medida que os atores dessas lutas emergem como sujeitos políticos. Além do mais, as lutas, os acampamentos e os assentamentos rurais no país, como está posto, retratam a necessidade urgente de transformações sociais.

Por fim, esperamos que esse trabalho possa contribuir, de alguma maneira, para que possamos refletir acerca da realidade da questão agrária brasileira.

FONTES PESQUISADAS

FONTES ORAIS

Todas as entrevistas dialogadas foram realizadas por mim, no Assentamento Rio das Pedras no transcorrer da pesquisa.

Nome: **Antônio Carlos Zagalo**

Nascimento: 10/06/1942

Naturalidade: Ilhéus/BA

Estado civil: casado

Escolaridade: 4ª série

Profissão: Agricultor

Endereço: Assentamento Rio das Pedras

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Célia Umberlini**

Nascimento: 17/09/1956

Naturalidade: São Paulo/SP

Estado civil: casada

Escolaridade: 4ª série

Profissão: Dona de casa

Endereço: Assentamento Rio das Pedras

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Lauro Joaquim de Moraes**

Nascimento: 21/04/1946.

Naturalidade: Iturama/MG

Estado civil: Amasiado

Escolaridade: 4ª série

Profissão: Agricultor – Tesoureiro do Assentamento

Endereço: Assentamento Rio das Pedras

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Juaris de Souza**

Nascimento: 01/09/1956

Naturalidade: Capinópolis/MG

Estado civil: casado

Escolaridade: 1º grau completo

Profissão: Agricultor – Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras

Endereço: Assentamento Rio das Pedras

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Lúcia Helena Ronseiro da Silva**

Nascimento: 07/09/63

Naturalidade: São Simão/SP

Estado civil: casada

Escolaridade: 6ª série

Profissão: Do lar

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Elismar Bento de Souza**

Nascimento: 20/05/64

Naturalidade: Serranópolis/GO

Estado civil: amasiada

Escolaridade: 6ª série

Profissão: Agricultora

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Odilon Batista dos Santos**

Nascimento: 15/02/54

Naturalidade: Gandú/BA

Estado civil: amasiado

Escolaridade: 4ª série

Profissão: Agricultor

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

Nome: **Divino Martins dos Santos (Divininho)**

Nascimento: 28/10/47

Estado civil: casado

Escolaridade: 2º ano do ensino médio

Profissão: Pequeno Produtor Rural – Atual dirigente da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MTST

Endereço: Assentamento Rio das Pedras

Participou desde o início da ocupação da Fazenda Rio das Pedras

FONTES ESCRITAS

Cadernos de Textos. FETRAF-MG/CUT: Agricultura Familiar, as mãos que alimentam a Nação. Pousada do Rei, Sarzedo-MG, abr. 2005.

Canção “Naco de chão”. L: Carlos V. Gomes/M: Erlon Péricles. In: *CD CANÇÕES QUE ABRAÇAM OS SONHOS/I FESTIVAL NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA*. Palmeiras das Missões-RS, 04-07/02/1999.

Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

Estatuto da Terra, Lei Federal de 30 de novembro de 1964 (Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

I Congresso FETRAF-MG/CUT: Agricultura familiar I em canto e verso. Semente Nova, Abr. 2005.

Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER-MG. *Ações de desenvolvimento rural sustentável nos projetos de assentamentos*. Belo Horizonte, nov. 2002.

LEME, H. J. DE C. ; NEDER, H. D. *Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia: UFU, novembro 2001*. (Pesquisa CEPES-UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia). UFU, 2001.

MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *MANIFESTO 2002*. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil.

MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia – MG*. Documento produzido pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, de 2002. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1497, Uberlândia, MG.

Plano Safra – 2004/2005. 7 Bilhões de reais para a agricultura familiar. Secretaria de Agricultura Familiar – SAF/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006.

JORNAIS

Brasil de Fato. Edição Especial: Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. São Paulo. Abr. 2004.

Correio de Uberlândia – Foram consultadas algumas matérias referentes aos anos de 1960 a 1971, bem como todos os exemplares dos anos de 1997 e 1998.

Folha de São Paulo – 29/03/2004. p. B1.

Jornal dos Trabalhadores Rurais – Ano XIV, n. 144, março 1995.

Resistência Camponesa: Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste. Mai-2005.

REVISTAS

Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002. Comissão Pastoral da Terra Nacional, Brasil, Edições Loyola, 2003.

SITES PESQUISADOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL-CPTN ON LINE. Disponível em:
<<http://www.cptnac.com.br/>>.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Disponível em:
<<http://www.correiodeuberlandia.com.br/>>.

FOLHA DE SÃO PAULO ON LINE. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/>>

JORNAL O GLOBO ON LINE. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br/pais/>>.

JURÍDICA ON LINE. Disponível em: <<http://www.jol.com.br/>>.

MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. Disponível em:
<<http://www.mtl.org.br/>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. *As concepções de reforma agrária do governo e dos movimentos sociais no Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2002.

ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese de/ Doutorado em História Social - FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

_____. Movimentos Sociais e Políticas Públicas de Reforma Agrária no Brasil: Conquistas e Peralços dos Trabalhadores na Luta pela Terra. *Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociología Rural*. Equador. Nov./2006. CD ROOM.

ARANTES, Antônio A., *Paisagens Paulistanas, transformações do Espaço Público*. Campinas. Editora Unicamp/Imprensa Oficial, São Paulo, 2000.

BAVA JR, Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990.

BLOCH, Marc. A Observação Histórica. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. *Estudos Avançados*. vol. 15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 25/10/2007.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

CLAUS GERMER. Perspectiva das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro et al (orgs). *Muitas Memórias, outras Histórias*. São Paulo: Editora Olhos d'Água, 2004.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde. et al. (org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

FONSECA, J. B. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação de mestrado em Economia, UFU, 2001.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

GENTILLI, Pablo et al. Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário. In: et al. *Escola. S.A.: Quem ganha e quem perde, no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília. CNTE, 1996.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO, José da Silva. Mas, qual Reforma Agrária?. *Revista da ABRA*, Campinas, 1989.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos Populares Rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. da Universidade /UFRGS, 1994.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. *Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001)*. Uberlândia. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História (Ensaaios)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, GASQUES E VILLA VERDE. *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 1996.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, 2001.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et alli. (orgs.) *Muitas Memórias, outras Histórias*. São Paulo: Editora Olhos d'Água, 2004.

MARTINS, José de Sousa. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na nova república*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. *Reforma Agrária: O Impossível Diálogo*. São Paulo: USP, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 45.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?*. São Paulo: Moderna, 1987.

MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. *Movimento de Libertação dos Sem-terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2002.

MORAIS, Sérgio Paulo. Tempo, Trajetórias de Vida e Trabalho de Carroceiros na Cidade (Uberlândia – 1970-1998). In: *Muitas Memórias, outras Histórias*. FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olhos d'Água, 2004.

MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, A. U. e MARTINS, H. *Agricultura brasileira: tendências, perspectivas e correlações de forças sociais*. Brasília-DF: Via Campesina Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, E. M. *Cercas da Reforma Agrária: Sonhos, Conflitos e Contradições. Assentamento Rio das Pedras/Uberlândia-MG*. Dissertação / Mestrado em História Social. Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2007.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PAIANO, Enor. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: : MEDEIROS, Leonilde. et al. (org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

PCT/INCRA/FAO. *Plano de desenvolvimento rural sustentável do Triângulo Mineiro*. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; SILVA, Paula Junqueira. *O Café e a Soja na (re) Organização do Espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*. Relatório final apresentado ao CNPQ, Uberlândia, UFU, agosto/1999.

PINHEIRO, Ana Maria. *Assentamentos de reforma agrária em Goiás*. Goiânia: UFG, 1999.

PINTO, Luís Carlos Guedes. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1984. *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, p. 65-92, jan./abr. 1995.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1 nº 2, 1996.

_____. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: *Muitas Memórias, outras Histórias*. FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olhos d'Água, 2004.

PRADO JÚNIOR. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. *Reforma Agrária, compromisso de todos*. Brasília, 1997

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994

SADER, Eder. *Um Rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero / NAPUH, nº 19, p. 237, 1990.

SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *O que é Questão Agrária?* São Paulo, Brasiliense, 1980.

SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil*. In: STÉDILE, João Pedro. A questão agrária hoje. Porto Alegre, Ed. da Universidade /UFRGS, 1994.

SILVA, P. J. *Entre as lavouras cafeeiras a conquista da terra: a territorialidade do assentamento Nova Bom Jardim em Tapira – Alto Paranaíba-MG*. Dissertação de mestrado de Geografia, UFG, 2002.

STÉDILE, João Pedro. *A proposta do MST*. In: Caros Amigos n. 18, 2003.

_____. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, Gerson. *Fatos e mitos da política agrícola do governo FHC*. São Paulo, 1997.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *As particularidades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, R. *O que pretende o programa de Lula*. In: Caros Amigos n. 18, 2003.

UDPR, *Estatuto da UDPR*. Cartório de Registro de Títulos e Documentos e civil das pessoas jurídicas, Ituiutaba, 1997.

VEIGA, José Eli da. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

